

**INDÍGENAS, CABOCLOS E MORADORES DE ALDEIA: A MEMÓRIA DO
EXTINTO ALDEAMENTO DE ÁGUA AZEDA E SUAS QUERELAS
JUDICIAIS**

Carine Santos Pinto

Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Graduada em História pela Universidade Tiradentes

E-mail: carine.historia@hotmail.com

Resumo

O presente texto se propõe a analisar a memória dos moradores e ex-moradores do atual povoado Aldeia, localizado no município de São Cristóvão-SE, através de entrevistas realizadas no extinto aldeamento de Água Azeda. Durante os depoimentos foram buscadas informações relativas aos conflitos enfrentados pelos mesmos e seus antepassados, que acabaram por contribuir no silenciamento dos indícios da cultura indígena daquela localidade. Para tanto, foi feito uso das técnicas da história oral, que aliadas aos teóricos aqui aplicados trouxeram novidades científicas para a área da história indígena sergipana. Os autores utilizados neste estudo alternam-se entre teóricos da Nova História Indígena, assim como Maria Regina Celestino, João Pacheco de Oliveira, Maria Hilda B. Paraíso, entre outros e teóricos da história política, cultural e história oral.

Palavras-chave: Aldeia, indígenas, Sergipe, memória.

**INDIGENOUS PEOPLE, CABOCLOS AND VILLAGE HOMES: THE
MEMORY OF THE EXTENDED VILLAGE OF ÁGUA AZEDA AND ITS
JUDICIAL CHURCHES**

Carine Santos Pinto

Abstract:

The present text proposes to analyze the memory of the residents and ex-residents of the present village Aldeia, located in the municipality of São Cristóvão-SE, through interviews carried out in the extinct village of Água Azeda. During the interviews, information was sought regarding the conflicts faced by them and their ancestors, which eventually contributed to the silencing of the evidence of the indigenous culture of that locality. In order to do so, it was used the techniques of oral history, which allied with the theoreticians applied here brought scientific novelties to the area of Sergipe indigenous history. The authors used in this study alternate between the theorists of the New Indian History, as well as Maria Regina Celestino, João Pacheco de Oliveira, Maria Hilda B. Paraíso, among others and political, cultural and oral history theorists.

Key words: Aldeia, indigenous, Sergipe, memory.

Fruto da minha pesquisa de mestrado (2016) e de artigos anteriores, o presente trabalho visa demonstrar a influência dos conflitos existentes entre os moradores do atual povoado Aldeia e os proprietários da Fazenda Escurial, antiga propriedade do Barão da Estância, no município de São Cristóvão (SE), no cotidiano dos atuais moradores. Estes conflitos deixaram uma marca no povoado que podem ser identificadas não somente na memória dos moradores de Aldeia, mas também nos vestígios que podem ser observados no território.

Os relatos descritos nesse artigo se deterão na temática do conflito entre os moradores do Povoado Aldeia e os proprietários da Fazenda Escurial na década de 1930 e 1970. Para tanto, foi ouvido apenas um dos lados do conflito (os moradores de Aldeia), devido à dificuldade de aproximação com a outra parte. As entrevistas realizadas com os moradores e ex-moradores do Povoado Aldeia foram realizadas em datas e locais distintos, que por algumas vezes chegaram a se repetir na tentativa de uma melhor proximidade com os envolvidos e uma maior compreensão do fato histórico.

O aldeamento de Água Azeda foi um dos cinco aldeamentos reconhecidos oficialmente pelo Estado de Sergipe e localizava-se nos tabuleiros costeiros do centro sul de Sergipe, próximo à fronteira dos municípios de São Cristóvão e Itaporanga. A sua denominação veio como uma homenagem ao Sargento-Mór Antonio Dias de Água Azeda, que, no ano de 1737, requereu terras ao Dom Sancho de Faro, Conde de Vernizosa, que cedeu meia légua de terras encruzada à primeira doação que havia sido feita no ano de 1718¹.

Ainda como características deste aldeamento, podemos apontar a ausência de ordens religiosas na sua fundação, assim como já afirmado pela antropóloga Beatriz G. Dantas. Além disso, também podemos destacar a remoção dos indígenas de Água Azeda para o aldeamento do Geru, em meados do século XIX, como uma maneira de atender aos interesses das autoridades locais, que viam nos indígenas um estorvo para o desenvolvimento das suas propriedades (DANTAS, 1976).

Durante o processo de transferência de Água Azeda para o Geru podem ser verificadas formas de resistências por parte dos indígenas, comprovadas através da insistência

¹ Carta de Sesmaria de terras doadas aos índios de Água Azeda. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. AJU/1ªESC. Agravo Cível. 1933. Cx.02/2651.

daqueles que conseguiram não ser transferidos do aldeamento, além do retorno do grupo às terras de onde haviam sido expulsos.

Ainda no século XIX, autoridades administrativas passam a tomar como base a teoria de assimilação da cultura do não índio, acreditando que as populações indígenas não deveriam mais ser consideradas como tal e por este motivo deveriam contribuir na construção e prosperidade da nação brasileira fornecendo sua mão de obra. Assim foi assinado, em 06 de abril de 1853, o Decreto nº 1.139, que extinguiu, de forma oficial, a existência das aldeias em Sergipe, porém os povos indígenas nunca deixaram de se identificar como tal e nunca deixaram de resistir.

Uma prova disto foram os conflitos ocorridos no início do século XX em São Cristóvão, no extinto aldeamento de Água Azeda, onde um grupo de 22 homens envolveram-se em um conflito com o proprietário da fazenda vizinha e utilizaram-se de uma Carta de Sesmaria para validar o direito à posse da terra, por se identificarem como indígenas. O desfecho do embate judicial culminou na determinação das terras do povoado Aldeia como terreno devoluto, ou seja, do domínio do Estado de Sergipe.

Anos mais tarde o conflito entre os moradores de Aldeia e os proprietários da Fazenda Escurial ressurge. Desta vez no ano de 1972, dando uma continuidade histórica aos fatos ocorridos, já que os moradores fizeram uso mais uma vez da cópia da Carta de Sesmaria, como uma tentativa de legitimar a posse da terra que lhes davam o sustento através da agricultura e da extração de madeira para a comercialização em municípios vizinhos.

Memória do Povoado Aldeia através da Fala dos Moradores

A documentação judicial indica que o conflito ocorrido na década de 1970, entre os descendentes do Barão da Estância e os descendentes dos indígenas de Água Azeda, se iniciou a 21 de fevereiro de 1972, um marco cronológico favorável à realização de entrevistas com os envolvidos diretos nessas querelas. Porém, não foram encontrados nenhum dos moradores citados nos processos judiciais, fazendo uso, portanto, dos relatos de moradores que vivenciaram o período e tiveram um contato com as pessoas citadas nessas questões.

João Rosa de Jesus, filho de José das Virgens, uma das personagens que vivenciou o enfrentamento judicial na década de 1930, relata o fato ocorrido na década de 1970 diretamente da sala da sua casa. Ao apontar para parte externa, afirma:

[...] Foi aqui! Nuns barracos ali que tocou fogo ... foi uma turma ali que foi fazer uns barracos por ali, aí eles... tocaram fogo... no barraco... comadre Zefinha ...aí vieram e cortaram a cerca com tudo e sacodiram na estrada aí... O Gonçalo que veio com uma tropa ainda, dizendo que as terra era dele e tavam invadindo... aí nessa sentada aí na frente da minha casa, nesse areal aí tava cheio de coco de um rapaz lá de São Cristóvão... ainda tocaram fogo... aí meteram o tarreche e vieram com uns capangas e gente armada como o diabo, meteram o tarreche e arrancaram com tudo, cortaram a cerca tudo, depois se aquietaram e foram brigar lá pra justiça e o povo foi procurar lugar pra fazer seus barraquinho, se afastaram tudo [...] (JESUS, 2015).

A fala desse senhor traz proximidades com a fonte documental, assim como na questão do incêndio relatado e na personagem “comadre Zefinha”, citada por João Rosa que pode ser relacionada a “Josefa de Jesus Santos”, presente no processo de reintegração de posse movido pelos moradores. Além disso, o morador insere um novo fato não mencionado na documentação trabalhada: o incêndio de cocos de um senhor de São Cristóvão que nada tinha a ver com as desavenças entre os vizinhos.

Além disso, ao fazer referência ao espaço onde, segundo ele, ocorreu o conflito, João Rosa demonstra a existência de mais um *lugar de memória* para o Povoado Aldeia, que, segundo a compreensão de Pierre Nora (1993, p. 21), faz com que esses espaços se mostrem de grande importância na construção do passado do grupo. Ao mesmo tempo, auxilia a retomada da memória do entrevistado, que ao olhar e fazer referência ao espaço onde ocorreram as divergências, traz à tona momentos que poderiam ter ficado no esquecimento do indivíduo.

A memória do senhor Eduardo Santos, ex-morador do Povoado Aldeia, atual residente na cidade de Aracaju, traz fatos que vão além do conflito. Revela também uma proximidade com a família Faro Rollemberg e um pouco da personalidade do proprietário do Escurial, assim como exposto a seguir:

Raul era irmão do finado Edgar. Quando Edgar morreu, Raul veio e casou com a viúva... ele tomava conta de um lugar chamado Poxim, onde eu também trabalhei muito, plantando cana... e o finado Raul casou com a viúva do Escurial quando Edgar morreu e deixou o Poxim... Esse Raul era ruim! Eu trabalhava lá e um dia eu vinha chupando cana e ele vinha em um *Jeep* e me viu, por que eu fui buscar um leite pra gente comer lá. Ele dava leite e umas coisa pra gente que trabalhava ... aí eu ia na rodagem assim e ele me viu, mas Deus é bom e eu vi logo de longe e peguei e joguei a cana no mato e ele

parou o *Jeep* e mandou o colega da gente, que chamavam de carreiro-mor, ir olhar e disse “você vinha chupando cana, era?” e eu disse que não e ele falou “e o que era que você vinha na mão que jogou ali?” ai eu disse “foi uma pedra em um passarinho” foi Deus que me deu essa sabedoria na hora, ai ele disse com o carreiro “desça e repare lá, que eu quero saber se ele tava chupando cana, pois eu quero levar ele pra arrancar o dente dele” E eu me lembro de tudo ainda, de tudo! (SANTOS, 2015).

A característica da personalidade dos proprietários da Escurial não se mostra apenas com relação a essa geração, mas também ao genitor de Edgar, Gonçalo de Faro Rollemberg, que deixou marcas na memória daquele povo ainda dos fatos ocorridos na década de 1930, principalmente com relação aos atos violentos praticados e narrados em entrevista. Um desses casos foi citado por um morador que afirmou que por várias vezes os homens da comunidade se reuniam durante a noite, temendo novos enfrentamentos e que a documentação que comprovava a posse dos terrenos de Aldeia Ihes fossem tomadas.

Outro importante aspecto a ser citado é com relação às atividades econômicas da comunidade que não são expostas de maneira direta pela documentação escrita, porém a fonte oral demonstra na fala de dois entrevistados a extração de madeira como dinâmica de renda para a comunidade. Segundo João Rosa de Jesus, muitos do povoado trabalhavam

[...] nas Cotinguiba e na roça, nos engenho e cortando madeira, tiravam ripa pra vender em Laranjeiras e em Aracaju... o povo daqui, antigamente vivia era de madeira, era caibo, era peça, era ripa... todo mundo! A população toda trabalhava nisso... quem tinha animal, levava e quem não tinha, fretava os animalzinho e saia daqui pra Laranjeiras... saia daqui pra Aracaju e tinha o cais em Aracaju que era próprio da gente vender as madeira, eu mesmo já fui, muitas vezes [...] (JESUS, 2015).

O relato nos leva a crer que os conflitos ocorridos entre essas duas propriedades podem ter sido motivados pela extração da madeira para comercialização em outras cidades. É importante frisar que Dantas (1976, p. 432) ressalta a comercialização de produtos agrícolas nas feiras de São Cristóvão, Laranjeiras e Itaporanga feito pelos indígenas de Água Azeda como uma maneira de garantir a sobrevivência do grupo. Eles vendiam o excedente do que plantavam, assim como fizeram seus descendentes, que extraíam a madeira a fim de obter a renda necessária para o sustento de suas famílias e, ao mesmo tempo, demonstravam os resquícios de uma cultura indígena ainda existente naquele grupo, assim como na fala de João Rosa de Jesus (2015):

[...] E antigamente a gente ia muito pra São Cristóvão de pé, até carregado com esteira na cabeça... eu tiro esteira, eu tiro junco, eu tiro tabúia, eu tiro pipiri eu tiro tudo e faço, até essas cestas de feira eu também faço... esses balaio que chamam de cesto, eu faço esses diabo tudo e aprendi com os outro pois papai não fazia não [...].

Os itens listados, tais como *esteira e cesto*, são entendidos por essa pesquisa ainda como vestígios de um passado indígena que fez com que a tradição da confecção dos balaio pudesse chegar até João Rosa, que aprendeu “com os outros” da Aldeia, demonstrando traços, mesmo que mínimos, de um passado indígena.

É válido ressaltar que, neste momento, mesmo com a ausência de identificação com a cultura indígena ainda há princípios ou características de tradições indígenas que remetem às populações tradicionais e aos povos que habitaram o extinto aldeamento de Água Azeda.

Arruti (2009) afirma que um dos fatores que permitiu o reconhecimento dos *caboclos da Caiçara* com a etnia Xocó pelo Serviço de Proteção ao Índio foi “uma série de sinais diacríticos com relação à população local, tais como a permanência do Toré e do ritual-território sagrado do Ouricuri”, sinais evidentes se comparados com os expostos pelos moradores do Povoado Aldeia, mas que ainda assim, não poderiam ter sido negados pelas autoridades sergipanas.

Outro fato que se mostra como indício da cultura indígena e do processo de caboclicização sofrido pelo Povoado Aldeia está relacionado ao cemitério presente nos fundos da Capela de Nossa Senhora da Boa Fé. Nesse local é possível visualizar algumas lápides entre as quais se destacam aquelas que demonstram o sobrenome *Caboclo*, assim como pode ser verificado na imagem abaixo:

Jazigo presente no cemitério de Aldeia



Foto: Carine Santos Pinto, 2015.

Ao verificar a datação marcada na sepultura, encontramos o ano de 1943 como o ano de nascimento dessa senhora. Três anos após o desfecho do conflito iniciado no ano de 1933, em que Anacleto e seus companheiros buscavam a legitimação e exploração das terras de Aldeia.

Como já demonstrado anteriormente, no ano de 1940, o Consultor da República jurista Crozimbo Nonato considerou as terras do Povoado Aldeia como devolutas, ou seja, do domínio do Estado de Sergipe, conferindo que aqueles terrenos correspondiam a um extinto aldeamento de índios. O que é importante considerar nesse fato, é que o jurista não avaliou a maneira como a comunidade se autoidentificava, aparentando considerar apenas o que as autoridades do século anterior já haviam decretado, ficando claro nessa imagem que não apenas José das Virgens tinha relação com um passado indígena, mas também outras pessoas, assim como afirmado a seguir:

[...] papai dizia que era caboclo, muita gente sabe dessas histórias de índio por aqui... meu padrinho Alexandre mora em Aracaju, ele sabe disso... dessas história tudo, meu padrinho é nascido e criado aqui, mas mora em Aracaju e falava muito que era “fio” dos índio... que era uma Aldeia dos índios que foi dado por rei... e ficaram aí, depois foi que chegaram gente de fora, foi chegando, foi chegando, foi encostando e fora tomando a metade e que teve briga aí com o povo do Escurial, mas eu não sei contar bem não [...] (JESUS, 2015).

Esse estudo considera os indícios presentes no cemitério de Aldeia como o segundo vestígio da caboclicização desse povo. O primeiro se fez quando foi revelado, em entrevista, que José das Virgens se intitulava como o *caboclo bagé*, assim como exposto em várias falas.

[...] Mas Zé das Virgens era caboclo! Ele era caboclo mesmo! Era da Aldeia mesmo e eu sei porque essa família eu conheci toda! E tudo era caboclo... tudo dizia que era... até um tempo desse tinha muito “das virgens” que tava vivo ainda, depois se acabou tudo, não sei mais se ainda tem, mas sei que eles dizia que era caboclo da Aldeia... eles chamava Caboclo da Aldeia... João das Virgens, Zé das Virgens [...] (SANTOS, 2015).

Subtende-se que havia, naquele momento, uma identificação com seus antepassados, não apenas por parte de uma pessoa, mas de um grupo, que pode ser detectado nesses indícios, além de se mostrar presente na fala de Anacleto José de Santana, no ano de

1933, quando afirmou: “o meu regulamento manda que eu mesmo faça a minha defesa como dá direito a todos os herdeiros índio a um por um”².

Os termos “caboclos” e “herdeiros de índio” talvez pudessem indicar uma necessidade de reaproximação com a cultura indígena, assim como ocorrido com os *caboclos da caiçara*, que após um trabalho de reconstrução de memória e da luta realizada por aquela comunidade, deixaram de ser classificados como caboclos pela sociedade e passaram a ser reconhecidos como povos indígenas da etnia Xocó.

Entre os membros da comunidade indígena do município de Porto da Folha existem aqueles que utilizam a sua etnia como sobrenome, como maneira de reconhecimento social. O mesmo pode ter acontecido entre os membros de Aldeia, com relação ao sobrenome *caboclo* encontrado no cemitério do povoado e também com sobrenome *Aldeia* citado em entrevista:

Quando eles tiveram conflito ... eu tava lá. Na época do finado Anibal... Foi assim, eles de cá da Aldeia mataram um do Escurial que se chamava Zé Aldeia e aí também o chefe lá também mandou matar um da Aldeia, num lugar que chamava “Os Curralinho”.

Com relação aos conflitos, uma nova ponte entre a documentação escrita e a fonte oral pode ser feita sobre os fatos ocorridos na década de 1970. As fontes judiciais demonstram que a Petrobrás havia construído uma estrada, vindo a destruir os marcos separatórios. Segundo o advogado dos grandes proprietários, Osmário Vilanova de Carvalho, esse foi o grande motivo para o início dessa querela, pois as casas incendiadas em 1972 haviam sido construídas no local onde existiam os valados aterrados pela Petrobrás que serviam como limites entre os terrenos. Sobre esse fato, João Rosa de Jesus afirmou: [...] até tinha uma estrada ali que nunca foi tapada que foi questão como a desordem... tá tapada hoje que o povo aí taparam, mas isso aí foi questão! Fizeram cerca de um lado e cerca de outro [...] (JESUS, 2015).

A resolução desses problemas resultou na dispersão de parte da população de Aldeia e na incorporação desse povo, que aceitou sua condição de *agricultor*, assim como foram intitulados pela Justiça do Estado de Sergipe, fazendo com que os traços que os ligassem com os seus antepassados fossem desaparecendo aos poucos restando apenas a memória dos fatos ocorridos.

² Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. AJU/ 1º ESC. Agravo Cível. 05/1/1934. Cx. 01/1849.

As Festividades na Capela de Nossa Senhora da Boa Fé

Presente tanto nos relatos das fontes documentais quanto nas fontes orais, a Capela de Nossa Senhora da Boa Fé foi e continua sendo um espaço de socialização da comunidade, ao mesmo tempo em que pode ser considerada como um dos marcos limítrofes dos terrenos da Aldeia. Atualmente, também representa um *lugar de memória* do povoado.

Capela de Nossa Senhora da Boa Fé



Foto: Carine Santos Pinto, 2015.

Segundo Pierre Nora, os lugares de memória são espaços que abrangem “nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente”, diferenciando-se apenas na intensidade, sem haver uma distinção rígida entre história e memória, demonstrando uma “interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca” (NORA, 1993, p. 21).

Sobre a construção da Capela, o único a mencionar o fato foi João Rosa de Jesus, filho de José das Virgens, “o caboco bagé”. Ele relata que a pequena igreja foi feita com o intuito de abrigar a imagem da Nossa Senhora da Boa Fé que havia sido encontrada pelos seus antepassados, conforme demonstrado no trecho a seguir:

[...] Aquela igreja foi feita ajudado com a gente, mas sobre o começo da igreja eu não sei, papai dizia que acharam uma santa que chama Nossa Senhora da Boa Fé... acharam ela num pedaço de brejo, por aí e aí botaram lá pra cima e aí fizeram a igreja e a igreja ficou como o centro da aldeia e aí tinha festa em todo natal... todo natal tinha nove noite de novena [...] (JESUS, 2015).

As festividades em homenagem à Nossa Senhora da Boa Fé ocorriam no mês de dezembro e se iniciavam por volta do dia 17 com uma novena que culminava no dia 25 com uma missa, seguida de comemorações que iam até o amanhecer, segundo os relatos. O Senhor Eduardo dos Santos fala a respeito da regularidade da festa:

[...] Todo ano acontecia! A gente festejava Nossa Senhora da Boa Fé... todo ano, no Natal... Natal que era a festa de lá da Aldeia... nós tinha balanço ... nós tinha uns balanço véio, tinha tudo! O pessoal vendia doce, essas coisa e dava muita gente, mas aí com o tempo, se acabou... tinha dança de sanfona, dança de roda, reisado[...] (SANTOS, 2015).

Ainda sobre a festa, Dona Josefa relata que

[...] Vinha gente do mundo todo! Era uma festa! Tinha até cavalinho! Reisado...tudo! Mas também, eu não sei. Eu não via não, mas me contavam, que quando era de manhã saia gente até no caçua de tá a noite toda na festa até de manhã (risos) [...](CONCEIÇÃO, 2014).

No conflito ocorrido no ano de 1933 na Aldeia, a Capela de Nossa Senhora da Boa Fé aparece na documentação judicial apenas como um marco espacial, quando o documento de agravo informa:

Que a primeira meia légua de terra começa na Capela existente em terras de “Aldeia”, donde está fincado o marco principal e inicial, ainda lá, medindo-se daí PARA TRAZ e PARA O NORTE no rumo que der até onde preencher a medida; e, levantada a primeira, a segunda meia légua deve ser irada encostada a essa, devendo talvez se encontrar marcos e pontos de referência que tudo esclareça (grifo do autor) (SANTOS, 2015).

Com relação à imagem sacra, todos os entrevistados narraram o mesmo fato, que aparentemente foi transmitido pela oralidade e não presenciado por nenhum deles, transformando-se assim em uma memória coletiva.

Segundo Maurice Halbwachs (1990), nem sempre todos os fatos da memória coletiva podem ser presenciados pelo indivíduo, eles também podem ser emprestados de seu meio, assim como os fatos ocorridos em tempos remotos, quando o sujeito toma o depoimento e passa a ficar “obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros” por ser a única fonte daquilo que se quer repetir. Essa memória, na maioria das vezes, é uma memória emprestada, carregada de bagagem histórica que deixa um traço marcante na memória do grupo, assim como ocorrido em Aldeia com relação ao fato narrado por todos os entrevistados. Eles relatam que a imagem de Nossa Senhora de Boa Fé, que

seria levada da capela, acabou não sendo transferida por ser a responsável pela quebra dos carros de bois que faziam o seu transporte para fora da Aldeia, transformando esse fato em algo mítico. Isso fez com que a imagem de Nossa Senhora de Boa Fé fosse estimada por todos, não apenas pelo seu caráter religioso cristão, mas também pelo respeito criado após a história, fazendo com que a comunidade acreditasse que os únicos que podem mover a santa de lugar é Dona Josefa e Dona Jacinta ou ainda, conforme a versão de Sr. João Rosa “ninguém tira”.

[...] papai ainda falava que o povo de lá ainda veio pra tirar a Santa dali, botaram duas juntas de boi e os boi num levou. Torou o eixo da carroça, mas o boi não arrastou... Paulo Silva ainda quis mudar, mas não! Dali ela não sai! Todo mundo morre e ela fica ali! E se aquela igreja cair ela ainda fica lá e dali ninguém tira! (JESUS, 2015).

A fala de Dona Josefa se diferencia quanto à personagem que deu as ordens para a retirada da santa da capela, porém o contexto é o mesmo. Vale ressaltar que as entrevistas foram feitas em locais, datas e horários diferenciados, porém a história se repetiu com todos os entrevistados.

Minha fia, vou dizer uma coisa! Se chegar, qualquer pessoa, não tira ela dali não! Num é todo mundo que tira ela do altar não! Ali é muito poder! E a gente tem muita fé nela, graças a Deus! Se uma pessoa estranha chegar não tira não! Eu pegava, mudava ela de um lado pro outro, Jacinta vai, pega também, mas se chegar e disser assim “vou roubar!” Não leva não! Tá vendo eu dizer que o Barão mandou panhar, foi dois carro ... duas carroça, duas junta de boi e quebrou toda as canga e num levaram ela! Eu num vi... mas eu conto por que o meu [marido] Josino Moura contava. Ele diz que foi primeiro um carro, com uma junta de boi, com seis boi... chegou lá, quando botou a santa em cima, se quebrou tudo! Ai voltaram e ele mandou duas carroça com doze boi e foi a mesma coisa, mas não tiraram! (CONCEIÇÃO, 2014)

A explicação para a retirada da imagem da Capela de Nossa Senhora da Boa Fé não foi dada por nenhum dos entrevistados, mas hipóteses podem ser levantadas. Caso a retirada da santa tenha sido uma tentativa feita pelo Barão da Estância, esta pode ter sido uma estratégia de dispersão, movido pelo seu interesse nas terras daquele povo que construiu sua morada no entorno da Capela.

Imagem sacra de Nossa Senhora da Boa Fé



Foto: Carine Santos Pinto, 2015.

A imagem de Nossa Senhora da Boa Fé revela-se como uma imagem secular, que, de acordo com as memórias de Dona Jacinta, sofreu uma grande restauração, orientada pelo Padre Bernadino.

[...] ela [a imagem] é a mesma de sempre, só retocaram a pintura, por que ela tava toda feinha, né? O padre Bernadino... ele levou ela pra São Cristóvão... levou e quando veio, chegou ali na rodagem... o pessoal foram tudo encontrar. Foi uma festona! Uma procissão na chegada dela novamente [...] (CONCEIÇÃO, 2014).

Aos poucos, a tradição da grande festividade foi se perdendo. O bingo, os sorteios, as danças foram ficando para trás, deixando apenas o *lugar de memória*: a capela, que guarda a imagem sacra de Nossa Senhora de Boa Fé.

Referências

Fontes orais

CONCEIÇÃO, Josefa Barbosa da. **Entrevista à autora**. Aracaju – SE. 29 de nov. de 2014.

JESUS, João Rosa de. **Entrevista à autora**. Aracaju/SE, 09 de maio de 2015.

SANTOS, Eduardo. **Entrevista à autora**. Aracaju/SE, 23 de out. de 2015.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 167p.

ARRUTI, J. M. P. A . Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, v. 15, 1995, p. 54-94.

_____. Da memória cabocla à história indígena: o processo de mediação entre conflito e reconhecimento étnico (Xocó, Porto da Folha - SE). In: Rachel Soihet, Maria R. C. de Almeida, Cecília Azevedo e Rebeca Contijo. (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 249-270.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Col. Memória e sociedade).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

_____. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-153.

_____. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DANTAS, Beatriz G. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana M. de Faro Leal. **Textos para a História de Sergipe**. 2. Ed. Aracaju: IHGSE, 2013.

_____. Índios e Brancos em conflito pela posse da terra. Aldeia de Água Azeda Século XIX. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. 1976, p. 221-252.

FERREIRA, Marieta de Moraes, História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de jan./dez. 2002, p. 314-332.

_____. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Enforcados: o índio em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. v. 52. (Coleção Estudos Brasileiros).

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 3 ed. São Cristóvão: UFS, 2013.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: Os índios e o estado na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, 2000, p. 15-42.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986. 204 p. (Coleção Jackson da Silva Lima).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 7-28.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Aracaju: UFS; RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

OCTAVIANO DO VALLE, Carlos Guilherme. 2011. “Terras, índios e caboclos em foco: o destino dos aldeamentos indígenas no Ceará (Século XIX)” In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 447-482.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana.** Rio de Janeiro, v. 4, nº. 1, abr./1998a.

_____. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC/SECAD, 2006.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena.** Contra Capa, Rio de Janeiro, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

SANTANA, Pedro Abelardo de. A resistência dos índios sergipanos no século XIX. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Aracaju: IHGSE, nº. 40/2010, p. 23-41.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845).** São Paulo: Alameda, 2012.

Recebido em 11/12/2017

Aprovado em 02//01/ 2018